

Foto: Acervo EPUSP/Jornal da USP



Foto: Acervo Arquivo Central (Siarg) da Unicamp



Vista aérea da USP e do Ciclo Básico da Unicamp na década de 1970: a primeira já alcançando os 40 anos e a segunda ainda em fase de instalação



Harvard, a primeira universidade dos EUA, em foto de 1875, e um aluno do IFCH estudando ao ar livre, hoje

tre nós, por exemplo, é quase um programa e não uma realidade.

JU – Excetuando as estaduais paulistas, nunca as universidades públicas brasileiras gozaram de autonomia administrativa e financeira, ainda que estas estejam previstas na Constituição de 1988. Quais as conseqüências desse quadro para o ensino e a pesquisa?

Romano – É danoso. Nós não temos a tradição européia e norte-americana de incentivar os institutos de pesquisa. A pesquisa científica e tecnológica é na sua maioria feita na universidade. Isso demanda em grande quantidade recursos e muito material humano. Portanto, é difícil manter um patamar de inovação tecnológica sem investimentos pesados na universidade. Como a universidade enfrenta essas barreiras todas, fica claro que o Estado brasileiro, federal, e mesmo os estados, tendem a não entender a importância estratégica dos campi. O atual presidente da República [Luiz Inácio Lula da Silva], quando tomou posse, disse que até o final de 2006, quatro por cento do PIB estariam sendo aplicados em ciência e tecnologia. Já estamos na metade de 2006 e o índice aplicado não ultrapassa o patamar histórico, menor do que dois por cento. Nesse caso, a universidade pública é uma espécie de bastião avançado da pesquisa, da tecnologia, do ensino de ponta. Mas é bom lembrar que vivemos numa república excessivamente centralizada no poder executivo federal, e que esse poder só se mantém graças aos acordos com as oligarquias regionais. Por mais desagradável que seja dizer isso, boa parte das nossas universidades federais são o resultado do trato das oligarquias locais com o governo federal. Elas são muito mais uma relação de poder político do que propriamente centros voltados para a pesquisa científica e tecnológica. Essa é uma verdade muito dura.

JU – Não seria uma distorção?

Romano – Sim, é uma distorção. Quando você tem esse modelo, oligarquias/governo federal, é evidente que não interessa às oligarquias locais e muitas vezes às próprias universidades, a conquista da autonomia. Porque autonomia significa que você teria recursos que não se-

riam passíveis de alteração de acordo com as tratativas na boca do caixa. Num país onde o “é dando que se recebe” é a norma, fica evidente que as universidades federais muitas vezes dependem das oligarquias regionais. Uma universidade autônoma seria um perigo para a oligarquia e um perigo para o governo federal.

JU – Como sair disso?

Romano – É um problema sério. A autonomia universitária só se dará com a resolução do falso federalismo brasileiro. Certos estudos são muito interessantes. O professor Armando Bovo, do Departamento de Economia da Unesp de Araraquara, estuda o impacto do retorno dos impostos nos municípios que têm os campi da Unesp. O comércio se beneficia, a indústria se beneficia, o setor de serviços se beneficia. A cidade conta seguramente com o retorno daqueles impostos. A Unesp, com a sua presença, garante o retorno daqueles impostos. Numa cidade que tem uma universidade federal sem alocação de recursos garantidos, há menos retorno de impostos. Se não há maior autonomia financeira do município e do estado, ambos ficam entregues à negociação na boca do caixa do orçamento federal. Portanto, aquelas universidades não podem fazer planos de investimentos no ensino e na pesquisa. O fato de as estaduais paulistas terem recursos garantidos também lhes assegura um patamar para aplicação nos vários campos do saber.

JU – Estimuladas pelos governos militares, as instituições privadas cresceram de forma acelerada em três décadas, passando de 40% das matriculas no ensino superior para cerca de 75% do total, apesar de 90% da pesquisa científica e tecnológica continuar sendo realizada pelo sistema público. Na sua opinião, a rede privada ainda continuará aumentando ou chegamos ao seu esgotamento?

Romano – Estamos chegando ao esgotamento. Os empresários do ensino não abrem mão de seus lucros. Mesmo com um programa altamente questionável como o ProU-ne, a inadimplência dos estudantes está muito alta. Por outro lado, salvo raríssimas exceções, eles não aplicam recursos em ciência e tec-

nologia. São verdadeiros “escolões”. Eles aplicam recursos em prédios, imóveis e tudo o mais que lhes garante o capital. É uma situação paradoxal. Há o ensino privado que tende a oferecer quase nada aos seus formandos, e há as universidades públicas que são culpabilizadas porque são excelentes. A demagogia paira solta. Numa universidade privada, um mestre ainda tem emprego, mas o doutor perde o emprego porque o salário é maior. É uma lógica perversa. É uma opção declarada pela má qualidade e pela não-pesquisa. Mas, volto a insistir: salvo pequenas e honrosas exceções. E também não devemos confundir com as universidades comunitárias, como a PUC, a Metodista, etc.

JU – Diferentemente do Brasil, que tem 75% dos estudantes em instituições privadas, nos Estados Unidos somente 3 milhões dos 14 milhões de universitários estão vinculados a organizações particulares. A política de universalizar o acesso aos primeiros dois anos do nível superior (uma espécie de licenciatura curta) vem se tornando realidade através não só da ampliação dos vários programas de bolsas e de crédito educativo tradicionais, mas sobretudo pela criação de dois novos programas em nível nacional, o Hope Scholarship e o Tax Deduction, que estariam garantindo, atualmente, gratuidade completa nos colleges (primeira etapa da graduação) de pelo menos 37 dos 50 estados norte-americanos. O senhor considera essa política um modelo a ser seguido pelo Brasil?

Romano – Sigo sempre a proposta do etnólogo André Leroi-Gourhan (1911-1986). Ele diz que uma sociedade não sobrevive sem ciência e técnica, e que essa técnica paradoxalmente tem de vir de dois movimentos contraditórios: o empréstimo e a invenção. Segundo ele, uma sociedade só consegue inventar se ela emprestou, e só consegue emprestar se ela inventa. Nesse sentido, não existe nenhuma sociedade que possa se vangloriar de ser puramente inventiva de modelos novos ou não possa se submeter a um empréstimo estrangeiro. Me parece que os modelos universitários norte-americanos e europeus podem servir como empréstimo, desde que aqui seja desenvolvida a capacidade inventiva. E aí não é pos-

sível ignorar a história do país. Os Estados Unidos são uma federação verdadeira. Há uma grande centralização do poder em Washington, mas há também uma efetiva autonomia dos municípios e dos estados para todas as políticas públicas. O que eles conseguem fazer, positiva ou negativamente, pode servir como modelo, mas tem de ser pensado sempre no critério de que não pode existir apenas uma cópia, como aconteceu com a reforma universitária da ditadura. Daquela vez importamos o modelo norte-americano sem a correspondente tradição de pesquisa e de autonomia. Produziu-se uma formidável burocracia universitária que atrasou muito a produção científica. A UnB e a Unicamp são o oposto disso. Há, porém, outro complicador. Vamos supor que os colleges nos Estados Unidos fiquem o mais barato possível. As únicas universidades que contam com investimentos maciços do governo são aquelas que se voltam principalmente para a produção científica e tecnológica, inclusive aquela ligada à indústria armamentista. Isso sugere que o investimento naqueles campi seja direcionado. Os estudantes que desejam cursar essas universidades pagam atualmente de 120 mil a 150 mil dólares. Isso é inviável para a classe média.

JU – O modelo inglês é apresentado por alguns especialistas como uma possível inspiração para os chamados “países emergentes”, dentre os quais se incluiria o Brasil. As reformas empreendidas durante o período Thatcher orientaram-se fundamentalmente pelo enfoque mercadológico. Se antes cabia às universidades privadas definir a forma de emprego dos fundos governamentais, inclusive os destinados à pesquisa, com as novas políticas de incentivos financeiros foram utilizados para induzir as instituições a aplicarem a maior parte dos recursos nas áreas consideradas estratégicas pelo governo. Quais os aspectos positivos e negativos dessa política?

Romano – Essa briga de Oxford e Cambridge com o governo inglês vem desde a época de Francis Bacon no século 16. O governo Thatcher foi apenas mais um round. É difícil dizer que esse round foi vencido pelo governo. Não temos dados confiáveis para saber quanto de recursos, de fato, foi retirado de Cambridge e Oxford para aquilo que a própria universidade considera essencial. A imposição do governo Thatcher veio com o sistema de avaliação. Quem, na avaliação, cumpre os pressupostos estabelecidos pelo governo, recebe os recursos. Mas será que essa é uma realidade só inglesa? Na França e na Alemanha a situação é mais ou menos a mesma. Dado que aumenta cada vez mais a fraqueza dos estados nacionais e dado que entramos numa relação internacional via mercado, todos os países dependem cada vez mais da alocação de recursos para produzir e vender no mercado internacional. Sobretudo os países europeus têm três grandes concorrências: a americana, a russa e a chinesa. Essa tradicional autonomia da universidade européia tende a se esmaecer cada vez mais. O aspecto negativo é que, quando se reduz a dimensão da pesquisa aos

planos do governo, retira-se da universidade um elemento essencial, que é o tempo necessário para a pesquisa. Os governos querem receitas prontas. Será que aqui no Brasil temos condições para fazer isso? Acho que não. Somos demasiadamente carentes de ciência e tecnologia para nos adequar a um modelo preso ao mercado. Nossa rede nacional de produção tecnológica é extremamente falha. Em primeiro lugar, boa parte das universidades não faz pesquisa científico-tecnológica. De Minas Gerais até o Rio Grande do Sul há uma rede coerente de universidades e institutos de pesquisa. Mas pára por aí.

JU – Na América Latina, as propostas da Unesco para o ensino superior se chocam com as políticas do Banco Mundial, que vêm sendo implementadas por diversos países. A diferença central entre as propostas da Unesco e do Banco Mundial seria que, para a primeira, o Estado deve se comprometer explicita e firmemente com o financiamento estratégico de médio e longo prazos da pesquisa e do ensino superior, posição hoje majoritária na maioria dos países desenvolvidos, a começar pelos EUA, que rejeitaram a receita “thatcheriana”. Em contrapartida, parte considerável dos governos latino-americanos, a partir das orientações do Banco Mundial, encontra-se na contramão da história, sob a racionalização simplória de que “o financiamento estatal das universidades é uma forma regressiva de distribuição que favorece os grupos de renda mais alta”. Como equacionar essa polêmica?

Romano – É verdade que as universidades públicas ficaram reféns, durante muito tempo, da classe média alta. Mas não é verdade que só a classe média frequenta a universidade. Um segundo ponto é que poder-se-ia discutir, sim, o pagamento de anuidade nas universidades públicas, mas isso não traria a necessidade, ainda, de aplicação de recursos estatais. A produção científica e tecnológica é vital para a economia brasileira. É uma falácia dizer que a tendência do mercado e da história é a retirada dos poderes públicos no financiamento da educação e da pesquisa. Pelo contrário. Essa receita do Banco Mundial, na verdade, diz o seguinte: “você continuará sempre no seu papel de prestador de conhecimento”. É isso que temos sido. Apesar de todo o nosso avanço, da produção de papers, ainda é muito pequena a transformação desse saber em formas práticas, via inovação tecnológica. Se quisermos chegar a esta dialética harmonizada de empréstimo e invenção, que é vital, a presença do Estado continua sendo essencial nos próximos 100 anos. Por isso digo sempre que considero genocídio quando governos e governantes deixam de aplicar na educação, na ciência e na tecnologia. Uma luta muito grande é contra a fuga de cérebros. Países pobres formam cientistas, que são drenados para os centros de produção científica mundiais, porque lá recebem maiores salários e têm mais respeito. Se os governos engolem essa receita, não vai sobrar ninguém. Se os governos assumem a política de não aplicar recursos, eles têm de responder pelos danos causados à população.